

A comunicação nos caminhos do patrimônio cultural brasileiro¹

Déborah Machado Gouthier²

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Resumo

No presente artigo é analisada a política de comunicação estabelecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), principal órgão de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Para isso, é traçado o histórico dos primeiros anos da instituição, a partir de sua criação na década de 1930, e dos instrumentos de comunicação utilizados desde então, tendo como foco inicial a intenção de publicizar, difundir e educar a sociedade para as questões dos bens culturais e sua importância na construção de uma determinada brasilidade.

Palavras-chave: comunicação; patrimônio cultural; história; Iphan

Introdução

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura e o órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Sua missão de proteger e promover os bens culturais do país remonta à década de 1930, quando da criação da instituição, em meio a um contexto político e social marcantes para a história nacional. Neste artigo, analisamos como o Iphan pensou a política pública de preservação do patrimônio cultural e tratou da temática da comunicação em seus primeiros anos, a fim de compreender como isso impactou na abordagem midiática sobre a questão patrimonial ao longo dos anos, tendo como ponto de partida a concepção de comunicação como processo cultural e do jornalismo como construção.

Como já foi apontado por diversos autores, a exemplo de Romancini e Lago (2007), a história da imprensa se confunde com o desenvolvimento das sociedades capitalistas, e o mesmo fenômeno pode ser observado em relação à sociedade brasileira. É importante, portanto, contextualizá-la na proposta de uma política de comunicação conduzida dentro do Iphan, num movimento que vai da sede até as pontas³, e que não se trata de ações isoladas ou isentas de intenção, inclusive, sendo entendida, atualmente, como uma ação estratégica para a instituição.

¹ Trabalho apresentado no DT 08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 19 a 21 de maio de 2016.

² Jornalista, mestranda do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. E-mail: dehgouthier@gmail.com.

³ Pelo atual regimento interno do Iphan, instituído em 2012, o órgão fica representado por sua Presidência e Conselho Consultivo, quatro diretorias/departamentos e 27 Superintendências Estaduais, alcançando todos os Estados da Federação. Além deles, existem ainda Escritórios Técnicos em dezenas de municípios e também o Centro Nacional de Arqueologia, o Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e o Centro Cultural Paço Imperial (THOMPSON, 2015).

Os primeiros anos: publicizar, difundir e educar

O início dos trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ocorreu em 1936, antes mesmo de o órgão ser criado por lei no ano seguinte. O Brasil vivia o período final do governo constitucional de Getúlio Vargas, encarando as mudanças ocasionadas pela Revolução de 30 e pelo fim da Primeira República, como novas formas de relação do Estado com a sociedade, que concentravam as decisões políticas no governo central e inseriam matérias culturais entre as políticas públicas (THOMPSON, 2015).

Ao longo da Primeira República, a imprensa no Brasil vinha se consolidando de forma mais estruturada como negócio, deixando de lado seu caráter até então artesanal. Além disso, como apontam Romancini e Lago (2007), o modelo de um jornalismo opinativo também estava sendo substituído por uma proposta mais informativa – seguindo os moldes e a tendência norte-americana. Apesar das dificuldades econômicas do período, a imprensa cresceu, aliada à industrialização, e surgiram novos modelos de publicações, como pequenos jornais e folhetins destinados a propagar as ideias de grupos sociais específicos, com o periodismo operário e, mesmo, do próprio modernismo. Segundo Romancini e Lago (2007), apesar de terem uma vida efêmera, veículos como Klaxon (1922) e Revista de Antropofagia (1928), de São Paulo, e Estética (1924) e Festa (1927), do Rio de Janeiro, alcançaram grande repercussão entre os grupos intelectuais.

Entre seus colaboradores estavam alguns dos responsáveis pelos debates em torno da Semana de Arte Moderna de 1922, que discutiam uma volta às raízes da cultura brasileira segundo um ideal de brasilidade, temas que, segundo Velloso (1987), eram o foco das preocupações dos intelectuais daquele momento, que pretendiam, por meio da arte, atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas possíveis para o desenvolvimento da nação.

Essa reflexão em torno da construção de um sentido de identidade nacional, possível por meio da nacionalização da cultura brasileira, implicou em resultados também sentidos no campo do patrimônio histórico e artístico.

[...] a década de 1920 foi pródiga em projetos encomendados e/ou propostos para a criação de leis para a proteção do patrimônio artístico e histórico nacional. Eram iniciativas que, quando voltadas para os estados da federação, obtiveram algum sucesso, mas, quando almejavam o âmbito nacional, fracassavam, em função dos limites impostos pela organização política da Primeira República. (THOMPSON, 2015, p. 13)

Com a Revolução de 1930 houve uma importante mudança nos rumos do desenvolvimento econômico e social do Brasil, e com a imprensa não poderia ser diferente. O rádio assume

um papel importante na veiculação de notícias, ao lado dos jornais impressos; começam a surgir grandes corporações midiáticas, com complexidades empresariais e financeiras; e, ainda, a médio e longo prazos, amplia-se seu mercado consumidor (ROMANCINI; LAGO, 2007). No âmbito do patrimônio histórico e artístico, Gustavo Capanema, então ministro de Educação e Saúde do governo getulista, encomendou, em 1936, ao escritor Mario de Andrade⁴ a redação de um anteprojeto que versasse sobre a criação de um serviço responsável pelo patrimônio nacional.

Denso e polêmico, tanto nos detalhes do texto como na sua abrangência, o Anteprojeto de Mario de Andrade estabelece os objetivos da nova instituição destinada a preservar o patrimônio, delimitando seu campo de ação e reflexão que, fiel à tradição europeia, incluía a arte, a arquitetura, os museus e a arqueologia entre suas preocupações. Além disso, o Anteprojeto propõe uma estrutura técnico-administrativa para o Serviço. (SANTOS, 2012).

É ali, no texto de Mario de Andrade, que encontramos um primeiro esboço da proposta de uma política comunicacional de que tratou o órgão em seus primeiros anos. No capítulo I do Anteprojeto, ele estabelece a finalidade do que viria a ser o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (S.P.A.N.) e suas cinco principais competências, sendo a última delas: “fazer os serviços de publicidade necessários para a propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional” (ANDRADE, 2002). O texto previa ainda a divulgação do patrimônio por meio de exposições, museus e cartazes turísticos, mas também pela publicação dos livros do Tombo, de uma revista própria e de livros sobre as obras tombadas. Nascia ali uma preocupação que foi a marca da relação entre a instituição e a comunicação em seus primeiros anos: a expectativa de dar publicidade, propagar ou tornar conhecido.

Em janeiro de 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) foi criado pela Lei nº 378. Em seu Artigo 46, ficou estabelecido que o novo serviço do Ministério da Educação e Saúde ficaria responsável por promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Naquele mesmo ano, vieram novas mudanças políticas com o golpe que instituiu o Estado Novo (1937-1945): fechamento do Congresso, plenos poderes conferidos ao presidente,

⁴ O escritor Mário de Andrade atuava, naquele momento, como Diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo. Ele também teve um papel ativo durante os anos 1920, no geral, não só por sua participação como artista da Semana de 1922, mas também por suas viagens exploratórias pelo Brasil (THOMPSON, 2015), que servem, ainda hoje, como uma forte expressão da cultura e diversidade brasileiras.

uma ação mais sistemática do Estado em relação à cultura e a institucionalização da censura à imprensa, por meio da posterior criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, órgão que atuaria como “um verdadeiro Ministério da Propaganda, assumindo a função de controlar e manipular a opinião pública” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.100).

É nesse período que se elabora efetivamente a montagem de uma propaganda sistemática do governo, destinada a difundir e popularizar a ideologia do regime junto às diferentes camadas sociais. Para dar conta de tal empreendimento, é criado um eficiente aparato cultural: o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP -, diretamente subordinado ao Executivo. (VELLOSO, 1987, p.19)

Conforme aponta Velloso (1987), o órgão abarcava os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Esta última, por sua vez, passa então a ser subordinada ao poder público. Por meio do DIP, foram ainda criados produtos midiáticos, a exemplo do radiofônico *Hora do Brasil*, que discorriam sobre as ações do Estado Novo e apresentavam a figura de Getúlio Vargas como o pai simbólico da nação.

No campo cultural, um dos marcos do período veio exatamente com a publicação do Decreto-lei nº 25/1937, visando organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Quando em comparação com o texto de Mario de Andrade, o DL 25/37 restringiu a concepção de patrimônio a bens materiais e, pela instituição do instrumento de tombamento⁵, estabeleceu deveres aos proprietários de bens protegidos e limitações ao direito de propriedade sobre eles. Foi pelo decreto que se estabeleceram as condições desse instrumento legal que é, ainda hoje, significativo na política de preservação do patrimônio cultural.

O Serviço recém-criado passou a ser comandado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Advogado, jornalista e crítico literário, o “Doutor Rodrigo” foi, por mais de trinta anos, a própria definição do Patrimônio, tornando-se impossível desassociar sua imagem da instituição (GONÇALVES, 2002). De 1937 a 1968, ele conduziu o órgão apoiado por diversos membros da elite intelectual brasileira daquele momento, principalmente do grupo modernista. Além do próprio Mario de Andrade, participaram ativamente da instituição nomes como Lúcio Costa, Afonso Arinos, Alcides Rocha Miranda, Gilberto Freire, Augusto da Silva Telles e Carlos Drummond de Andrade. Juntos, eles formaram o que

⁵ “Tombamento é um instrumento jurídico criado por lei federal – Decreto-lei nº 25 de 1937 (DL 25/37) – que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos” (RABELLO, 2015, p.2-3). Ele é a forma mais antiga e consolidada de preservação do patrimônio cultural, tendo sido absorvido pela Constituição Federal de 1988 como uma, entre várias, formas de preservação.

Santos (1996) chamou de a Academia Sphan, por sua intenção em legitimar o significado social do patrimônio cultural, abrindo espaço para o debate, a produção e a reprodução dos saberes específicos a ele. Esse grupo de intelectuais passou de ator para autor, ao estabelecer um discurso do patrimônio cultural no Brasil, construindo uma identidade da nação com base na seleção de bens materiais que representariam a memória e a tradição brasileira (SANTOS, 1996). Essa característica pode ser identificada na própria noção do tombamento naquele momento, que, segundo Santos (1996), pretendia, sobretudo, salvar do esquecimento os bens considerados como de valor nacional. Não por acaso, entre 1938 e 1946, foram tombados 474 bens no país – um número extremamente expressivo, quando se analisa as condições do órgão naquele momento e a própria situação política e econômica do Brasil.

Em seu livro *Os Arquitetos da Memória*, a historiadora Márcia Chuva explica bem esse período:

O grupo de intelectuais modernistas mineiros articulados em torno de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945, era fortemente marcado por um racionalismo universalista, e tinha na “civilização” seu projeto de modernidade, o que significava participar do concerto internacional das nações modernas, mesmo considerando as especificidades que distinguiriam o “ser brasileiro”. Seria, portanto, o “patrimônio nacional” um elo de integração do Brasil ao mundo civilizado, o que se processou por meio da identificação de valores universais na produção artística colonial herdada pela nação brasileira. Unificavam-se, assim, nação e cultura, constituindo-se o “patrimônio nacional” em peça fundamental no processo de construção da nação, embora jamais visto como historicamente determinado. (CHUVA, 2009, p. 32).

Para legitimar esse discurso – e mesmo por sua atuação profissional como jornalista⁶ -, Rodrigo Melo Franco de Andrade entendeu e procurou aplicar, desde o princípio, a importância e a necessidade do uso dos meios de comunicação, como vinha fazendo o governo como um todo, como forma de dar visibilidade ao trabalho exercido no Sphan e ao legado histórico e artístico do país, encarado por aquele grupo como em vias de ser arruinado.

⁶ Na Notícia Biográfica elaborada por Teresinha Marinho para o livro “Rodrigo e seus tempos”, a experiência de Rodrigo Melo Franco de Andrade junto à imprensa é descrita cuidadosamente. Segundo a autora, sua atividade jornalística começou em 1921, com colaborações para o jornal *O Dia*. Logo depois, passou a trabalhar no diário *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, chegando a diretor presidente dessa instituição (entre 1928 e 1930). Também foi redator-chefe da *Revista do Brasil*, imprimindo nova fase ao periódico, engajando-o no movimento modernista. Ao longo dos anos, colaborou também para vários jornais e revistas como *Estado de Minas*, *Diário da Noite*, *Estado de São Paulo*, *O Cruzeiro* e *Diário Carioca*. Na literatura, vale destacar o seu único livro de ficção *Velórios* (MARINHO, 1986).

É ainda em outubro de 1936 que o jornal *O Globo* estampa em sua primeira página os dizeres de Rodrigo Melo Franco de Andrade: “Estavam roubando o patrimônio artístico do Brasil” (ANDRADE, 1987, p. 25), em chamada para entrevista com ele, que viria a ser publicada naquela mesma edição. Nota-se que isso se deu mesmo antes da formalização do Sphan, com seu futuro diretor já se dirigindo à imprensa para alertar sobre a importância da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, em um processo que pode ser entendido como educativo.

Para Velloso (1987), naquele contexto, os intelectuais se inseriam como participantes de um projeto político-pedagógico destinado a popularizar e difundir a ideologia do regime, conquistando a opinião pública. “Apresentando-se como o grupo mais esclarecido da sociedade, os intelectuais buscam ‘educar’ a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime” (VELLOSO, 1987, p.4). Isso acontece, segundo a autora, por meio da ação do Ministério da Educação e do DIP, que atuavam, respectivamente, na formação de uma cultura erudita, para a educação formal – o que justificava a participação dos intelectuais ligados ao movimento modernista em órgãos do governo varguista -, e no controle das comunicações, a fim de orientar as manifestações da cultura popular.

No Estado Novo a questão da cultura popular, a busca das raízes da brasilidade ganham outra dimensão. O Estado mostra-se mais preocupado em converter a cultura em instrumento de doutrinação do que propriamente de pesquisa e reflexão. Assim, a busca da brasilidade vai desembocar na consagração da tradição, dos símbolos e heróis nacionais. (VELLOSO, 1987, p.44)

Na já referida entrevista ao *O Globo*, o então dirigente do Sphan veio também esclarecer sobre como viria a atuar o órgão:

O departamento [Sphan] visa justamente *divulgar* o mais possível as nossas relíquias históricas e artísticas *educando* o povo no seu conhecimento. Evidentemente não seria recomendável apenas uma obra para eruditos. As massas precisam saber também desses assuntos. (ANDRADE, 1987, p. 27) Grifo nosso.

Ao longo dos anos à frente do órgão, a relação de Rodrigo com a imprensa foi reiterada repetidas vezes. Representando a instituição e o pensamento do grupo intelectual que a geria, ele não hesitou em ir a público para justificar, esclarecer e catequizar nas práticas do patrimônio, educando a compreensão popular e demonstrando com eloquência os princípios que regiam o Sphan naquele primeiro momento.

No jornal *Correio da Manhã*, ele explicou, em 1939:

Esse espírito de proteção aos testemunhos da história e da arte merece acolhida entre todas as classes, merece *divulgação* e *cabe aos órgãos de publicidade* emprestar ao Serviço sua colaboração, *difundindo* de todas as maneiras o gosto pelas coisas que, só elas, conseguem impor-se eternamente à admiração. (ANDRADE, 1987, p. 28). Grifo nosso.

Já em 1958, Rodrigo Melo Franco de Andrade também falou em *O Jornal* sobre a compreensão do público acerca das atividades do Sphan, ao mesmo tempo em que justifica a questão dos direitos de propriedade, colocando os valores coletivos acima dos valores privados:

Estamos certos de que o fato de nem sempre sermos compreendidos decorre dessa *falta de esclarecimentos ao público*, ponto em que muito temos falhado. Creio que, se fosse incrementada a ideia de que, além, muito além da propriedade particular existe uma outra, que é propriedade coletiva da Nação, constituída por todos esses elementos que constituem sua cultura, o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico teria no Brasil a mesma aceitação que encontramos na França, na Itália, na Inglaterra ou na Grécia. (ANDRADE, 1987, p. 39). Grifo nosso.

Na análise destes trechos e das demais interlocuções com a imprensa da época, fica clara a importância dada às ideias de *divulgar* e *publicizar* – como é demonstrado desde os apontamentos do Anteprojeto de 1936. A proposta nesse período era o que a própria relação das duas palavras remete: de tornar público. Segundo o Dicionário Analógico da Língua Portuguesa (AZEVEDO, 2010), o verbo publicizar faz analogia a publicar, tornar público, fazer conhecido, difundir, comunicar, trazer a público. Essa ideia, apregoada pelos gestores do patrimônio naquele momento, nos remete ao conceito de Habermas⁷ sobre a esfera pública. Para o autor, ela surge da necessidade de pessoas privadas em se reunir, enquanto público, para formar um local compartilhado de debate, reflexão e crítica sobre questões de interesse coletivo – como é o caso dos bens considerados como patrimônio histórico e artístico da nação. Desse modo, a ideia abordada pelo Sphan nesse primeiro momento era, claramente, tornar público e, assim, esclarecer a população, em uma proposta educativa, que gerasse aceitação e admiração. O uso da imprensa pela instituição, nesse sentido, consolida essa proposta, ao buscar justificar uma política pública que interfere na

⁷ O sociólogo alemão Jurgen Habermas, vinculado à Escola de Frankfurt, é o teórico responsável pelo início das discussões sobre o conceito de esfera pública. Segundo ele, a esfera pública se refere aos espaços onde são debatidos os temas da coletividade. Desse modo, é por meio da imprensa que o público se apropria desta esfera, dando origem ao que chamamos de opinião pública. (MATOS; ALVES. 2015).

propriedade privada: seu papel é educar o gosto, fazer compreender o fato de bens particulares que são evidenciados e colocados em destaque, por um grupo específico de pessoas que os entendem como patrimônio nacional – e que isso é digno de atenção coletiva e símbolo de uma identidade maior, entendida como brasilidade.

Colocando-se como instrumento para educar as massas, e aliado à ideia estadista de atuar como autêntica expressão da alma nacional, o Sphan então passa a preocupar-se também em criar uma linha editorial específica, com publicações que abrissem espaço para a difusão do conhecimento produzido internamente pela instituição. É quando surgem a série *Publicações* e a *Revista do Patrimônio*. Ambas as publicações tiveram seus primeiros volumes publicados ainda em 1937; sendo que a primeira durou ao longo dos trinta primeiros anos do Instituto, e a segunda é publicada até hoje (DIAS, 2012, p.14).

Logo na primeira edição da *Revista*, Rodrigo Melo Franco de Andrade esclarece sua intenção e propósito com a publicação:

A publicação desta revista não é uma iniciativa de *propaganda* do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em *divulgar o conhecimento* dos valores de arte e de história que o Brasil *possue* [sic] e contribuir empenhadamente para o seu estudo.

A esse respeito, há uma tarefa de maior importância a realizar, pois o que se tem feito até agora é escasso e difícil de coligir-se. (ANDRADE, 1937, p. 3). Grifo nosso.

Nesse ponto, o então dirigente da instituição procura desfazer a ideia da *Revista do Patrimônio* como mera iniciativa de propaganda, mas de divulgação do conhecimento. É importante aqui dar destaque a etimologia dos termos *publicidade* e *propaganda*. Em sua pesquisa sobre a memória e a publicidade do Brasil nos anos 1930, Ramos (2013) apresenta uma análise conceitual destes dois termos. Segundo ela, eles são costumeiramente utilizados como unívocos, já que ambos se referem a processos de comunicação de massa para a difusão de ideias. Todavia, a propaganda refere-se a uma comunicação tendenciosa e ideológica, que “tem como fundamento a propagação de princípios, crenças ou doutrinas com a finalidade de torná-los públicos através de determinados meios de comunicação” (RAMOS, 2013, p.42). Por outro lado, segundo a autora, o verbete publicidade é definido, desde obras do século XVIII, como a qualidade do que é público, adquirindo, atualmente, uma conotação comercial.

Vale aqui destacar que veículos como a *Revista* eram publicações especializadas em assuntos voltados para uma elite intelectualizada. Com o DIP no controle das notícias veiculadas para a população em geral, essas publicações se voltavam para a “educação” especificamente das elites e, nesse sentido, não se destinavam, como afirmou Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937), a fazer propaganda – em um contexto onde esta era entendida como arma política, com o avanço dos movimentos fascistas na Europa e de ditadura varguista no Brasil -, mas difundir e publicizar os assuntos relativos à constituição de um patrimônio histórico e artístico nacional, buscando assim instituir e definir uma esfera pública determinada.

Fazendo uso de meios sofisticados, o governo varguista foi o que mais se empenhou em legitimar-se, em se fazer reconhecer autêntico principalmente por não ter chegado ao poder de forma direta. A propaganda e a educação foram instrumentos de práticas modernas, incorporadas para adaptar o homem à nova realidade social. (RAMOS, 2013, p.31)

A preocupação com a formação de uma linha editorial e de obras especializadas no campo do patrimônio em específico não deixa de ser, portanto, uma forma de legitimar o lugar de fala da instituição, como parte do todo que é a política cultural do Estado Novo, criando-se a ideia de que é nessas publicações que nascem e se desenvolvem os assuntos relativos a essa área do patrimônio. Ao difundir e dar publicidade a essas questões, tais publicações reiteravam o Sphan como principal autoridade para falar sobre o tema do patrimônio histórico e artístico nacional.

Mesmo após o fim do Estado Novo, essa postura continuou. Em 1946, foi elaborado o primeiro regimento interno da instituição – responsável também pela mudança de nomenclatura de Sphan para Dphan⁸ (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Essa normatização ocorreu em meio ao processo de redemocratização do Brasil: no fim de 1945, as eleições conduziram ao poder o candidato apoiado por Vargas, o marechal Eurico Gaspar Dutra, colocando fim ao Estado Novo e iniciando um período de 18 anos de

⁸ Santos (2012) faz um levantamento dos nomes pelos quais ficou conhecida a Instituição em diferentes períodos: “Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937 – 1946); Dphan – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946 – 1970); Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970 – 1979); Sphan – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979 – 1990); IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (1990 – 1994); Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (desde 1994). Nas correspondências aparece também PHAN – Patrimônio Artístico Nacional.” Vale ainda lembrar que em 1981 foi criada a Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, de modo que o SPHAN se tornou uma Subsecretaria, a Subsecretaria do PHAN, a que se refere a autora. Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura (MinC), a Subsecretaria voltou a ser Secretaria, ou SPHAN.

democracia. Foi então, elaborada uma nova Constituição para o país, com perfil democrático-liberal (ROMANCINI; LAGO, 2007), na qual a cultura passou a ser entendida como dever do Estado. Com o regimento, no qual foram criados distritos da Dphan nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, o órgão de patrimônio tornou-se “o mais robusto da esfera cultural institucionalizada ao alcançar, embora ainda de forma limitada, uma abrangência nacional” (THOMPSON, 2015, p.28).

Além de determinações sobre cargos e salários do órgão, o novo regimento da instituição determinava que caberia à Dphan, entre outras coisas, promover a realização de exposições, publicações ou quaisquer outros empreendimentos visando *difundir, desenvolver e apurar o conhecimento sobre o patrimônio histórico e artístico nacional*. Entre as competências da Divisão de Estudos e Tombamento, por exemplo, estabelecia-se a necessidade de elaborar e distribuir publicações especializadas, reiterando esses propósitos de publicização, mas também para estimular os estudos sobre o campo e confirmar o lugar de fala da instituição. De acordo com Bispo (2010), as práticas de comunicação social e de constituição da memória nacional exercidas pela instituição eram regidas por verdadeiros atos de seleção, disputa e conservação, constituindo a si mesmas, assim como os monumentos e coleções, em lugares de memória⁹. O autor conclui:

[...] as Publicações do Sphan e a Revista do Sphan – que trazem em seu próprio nome a marca da instituição – construíram e lapidaram uma visão bem particularizada sobre as artes e arquitetura no Brasil, que perpetuaria como imponente interpretação de nossas produções artísticas ao longo de todo o século 20. (BISPO, 2010, p. 54-55).

Segundo Chuva (2009), o investimento em uma produção impressa foi uma das ações eficientemente adotadas pela instituição nesse primeiro momento, pensando em uma proteção do patrimônio nacional. Essa produção teve a missão de articular o debate entre intelectuais e divulgadores da ação institucional, tanto por meio dos artigos e notícias veiculados na grande imprensa, quanto pelas edições do próprio órgão, somando legitimação e divulgação.

Outra importante estratégia tomada desde os primórdios da instituição e que demonstra a preocupação com essa questão da comunicação – e os consequentes resultados disso junto à

⁹ Em seus estudos sobre a problemática dos lugares, Pierre Nora conceitua os lugares de memória. Para ele, estes existem porque não há mais meios espontâneos de memória. Por isso, torna-se necessário criar arquivos, celebrações, atas – como bastiões sobre os quais a história se apoia. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.” (NORA, 1993, p.12-13)

esfera pública - é a prática dos *clippings*. Esse processo se constitui na reunião das notícias publicadas pelos meios de comunicação sobre determinado assunto, e é uma das mais reconhecidas práticas das assessorias de comunicação, fundamental para a mensuração de resultados e da imagem que é divulgada pela imprensa sobre uma questão específica, neste caso, o patrimônio cultural. Segundo SILVA (2007), já em 1937, quando do início dos trabalhos do Sphan, o órgão contratou uma empresa (Lux Jornal, fundada em 1928, pelo jornalista Vicente Lima) especializada nesses procedimentos de *clippings*. Todo esse compilado de recortes de jornais e matérias a respeito dos bens tombados naquele período constitui hoje a Série Inventário, localizada no Arquivo Central do Iphan, no Rio de Janeiro. Como parte da política cultural conduzida pelo Estado naquele período, o Dphan procurou utilizar a imprensa na publicização de suas ações, como uma forma de legitimar o patrimônio histórico e artístico perante a opinião pública. Um caso representativo dessa relação foi o das discussões promovidas pela imprensa sobre o tombamento do Arco do Teles¹⁰, no Rio de Janeiro, analisadas por Silva (2007). A partir das matérias de jornal pesquisadas, o autor conclui que a imprensa

entendida aqui em termos habermasianos como uma das dimensões da esfera pública onde se desencadeia o conflito de ideias, foi utilizada para sacralizar junto da opinião pública o patrimônio cultural como uma dimensão coletiva a ser protegida oficialmente. (SILVA, 2007, p.2)

Entende-se, portanto, que nesse primeiro momento, o órgão responsável pelo patrimônio histórico e artístico nacional trabalhava com duas possíveis formas de publicizar os assuntos de sua atuação: por um lado, com o apoio da imprensa, que esteve sob controle e censura do DIP durante o Estado Novo, e, por outro, por meio de sua própria linha editorial, com publicações especializadas. A ele, cabia educar e comunicar diretamente às elites, enquanto a relação com a imprensa geral assumia, principalmente no período democrático, ora a defesa do patrimônio histórico e artístico ameaçado de perda, ora a justificativa da fraca intervenção na salvação desses bens em função da escassez de recursos.

Conclusão

¹⁰ O conjunto arquitetônico do Arco do Teles, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, engloba dois prédios contíguos e um pequeno arco, e foi um dos primeiros bens culturais tombados pelo IPHAN, ainda em 1938. À época, a polêmica se deu pelo fato de que os proprietários não anuíram ao tombamento e moveram uma ação judicial contra o órgão, questionando não só o instrumento de preservação, mas também a competência da instituição em determinar o valor cultural dos bens. (SILVA, 2007).

Ao longo dos anos e das sucessivas mudanças políticas e econômicas no país, o Iphan procurou se adaptar, promovendo mudanças e ampliações em sua estrutura e buscando o contínuo apoio da imprensa no incentivo à valorização e difusão das diferentes formas de manifestação cultural, entendidas agora no âmbito de uma política cultural mais democrática e cidadã. Thompson (2015) avalia que a autonomia da esfera cultural é um processo relacionado com a própria modernidade, permeado por disputas em torno de espaços e recursos. Parte dessas disputas se deu também na relação do patrimônio cultural com a imprensa.

Diante disso e do desenvolvimento acelerado das novas tecnologias a partir da década de 1990, a comunicação passa a se tornar, mais do que nunca, um assunto estratégico dentro do Iphan – o que gerou a necessidade da criação de diretrizes e condições específicas para ampliar as possibilidades de difusão, promoção e acesso à informação dentro do Instituto. Entre eles, vale citar a criação do DAF (Departamento de Articulação e Fomento), em 2009, como departamento responsável por questões como a assessoria de imprensa e a editoração; a publicação, em 2011, do Plano de Comunicação do Iphan, referente ao período de 2010 a 2015; e a mais recente delas, a implantação de um novo portal do Iphan na internet, desde 2014.

Assim, entende-se que é preciso pensar e propor continuamente políticas públicas que fortaleçam a comunicação dentro da instituição, atuando de forma eficaz e estratégica, mas, sobretudo, democrática, entendendo aqui o patrimônio com uma construção que não pode e não deve estar afastada de seu principal ator, que é a sociedade. Nesse sentido, portanto, as políticas de comunicação podem exercer um papel fundamental e enriquecedor, atuando como ponte entre a sociedade e o Iphan, e também como eixo promotor da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mário. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Mário de Andrade)**. Brasília: nº30, p. 270-287, 2002.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: nº 01, p. 03-04, 1937.

_____. **Rodrigo e seus tempos**: coletânea de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Dicionário analógico da língua portuguesa**: ideias e afins. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

BISPO, Raphael. Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo Iphan. **Revista CPC**. São Paulo: nº 11, nov. 2010 / abr. 2011, p. 33-59, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3ed. São Paulo: Estação Liberdade. UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DIAS, Welbia Carla. **Boletim SPHAN/FNPM**: um espaço de comunicação do patrimônio cultural. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Rio de Janeiro: Iphan, 2012.

FALCÃO, Joaquim. In: MAGALHÃES, Aloisio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Roberto Marinho, p. 17-29, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 18ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MACHADO, Jurema; BRAGA, Sylvia. **Comunicação e cidades patrimônio mundial no Brasil**. Brasília: Unesco, Iphan, 2010.

MAGALHÃES, Aloisio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARINHO, Teresinha. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**: coletânea de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, p. 17-36, 1986.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.; FRANÇA, V. (Org.). **Teorias da Comunicação** – conceitos, escolas e tendências. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, p. 11-25, 2003.

MATOS, Heider Carlos; ALVES, Poliana Sales. **Da esfera pública habermasiana à esfera virtual e internacionalizada.** In: Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2971-1.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: v.10, p. 7-28, dez. 1993.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural.** 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2015.

RAMOS, Diana dos Santos. **Memória e publicidade no Brasil na década de 1930.** Rio de Janeiro: UNIRIO, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2013. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss332.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

ROMANCINI, Richard. LAGO, Claudia. **História do Jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Editora Insular, 2007.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil. **Arquitextos**, ano 13, n.149.01. São Paulo: Vitruvius, out. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528>>. Acesso em: fev.2015.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia Sphan. In: IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Cidadania).** Brasília: nº 24, p. 77-95, 1996.

SILVA, Willians Fausto. **Um Arco no prelo:** notícias do Patrimônio durante o Estado Novo. 2007. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Patrimônio Cultural) - Programa de Especialização em Patrimônio Cultural (PEP) do Iphan, Rio de Janeiro, 2007.

THOMPSON, Analucia. Campo cultural e contexto histórico: nomes do IPHAN. In: MOTTA, Lia (Org.). **Um panorama do campo da Preservação do Patrimônio Cultural.** Caderno de Estudos do PEP/MP nº9. Rio de Janeiro: Copedoc/DAF/Iphan, 2015.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 1987.

Documentos e Sites

BRASIL. **Decreto-Lei nº25.** 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf>. Acesso em: jul.2015.

BRASIL. **Lei nº387.** 13 de janeiro de 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf>. Acesso em set.2015.

IPHAN. **Plano de Comunicação do Iphan.** Brasília: Iphan/DAF, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/intranet/baixaFcdAnexo.do?id=2775>> Acesso em: set. 2014.